

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

1 Muitas pessoas entendem sustentabilidade apenas como um termo que designa os impactos das questões ambientais sobre os negócios, como, por exemplo, a diminuição das poluições e emissões de gases nocivos pelas empresas. Entretanto, deve-se pensar a sustentabilidade como um modo de vida, o que torna seu significado muito mais amplo e abrange outras 4 questões, como a mudança de comportamento dos cidadãos e gestores nas cidades e novos planos de ação para uma melhor qualidade de vida da humanidade.

Na realidade atual, o conceito de sustentabilidade está cada vez mais presente nas conferências nacionais e 7 internacionais em face dos diversos problemas enfrentados globalmente, como mudanças climáticas, poluições de grandes centros urbanos, desigualdade, pobreza, entre tantos outros, e a principal indagação centra-se em como a sustentabilidade urbana pode ser transformada em um elo de integração entre os diversos atores da sociedade para o alcance de um objetivo 10 em comum: a melhoria das condições de vida e a preservação do meio ambiente.

O modelo de desenvolvimento sustentável tem como objetivo reverter os danos à natureza gerados pelos seres humanos ao longo dos anos e, a partir disso, conduzir a existência humana e dos demais seres vivos de uma maneira mais ecológica, que 13 contraponha a lógica de maximização dos lucros e consumismo. Desse modo, o conceito de sustentabilidade remete diretamente à vida moderna e ao meio urbano, já que os problemas têm origem justamente na má administração dos recursos escassos presentes na natureza em face dos desejos ilimitados dos seres humanos.

16 Em sentido amplo, a cidade pode ser entendida como um ecossistema, uma unidade ambiental dentro da qual todos os elementos e processos do ambiente são inter-relacionados e interdependentes, de modo que uma mudança em um deles resultará em alterações em outros componentes. Um exemplo de uma pequena ação de impacto positivo no meio ambiente é 19 a coleta seletiva de lixo, que, a partir da reutilização de recursos naturais, tanto orgânicos quanto recicláveis, contribui para a redução da quantidade de lixo acumulada e favorece a geração de novos empregos.

Um dos maiores entraves até o momento para a integração de todos os atores em torno de ações sustentáveis tem sido 22 a falta de conscientização acerca da necessidade da participação de todos os segmentos da sociedade na resolução dos problemas complexos que afetam o meio urbano.

Segundo o professor em gestão urbana e habitacional da Universidade de São Paulo, Alex Kenya Abiko, a ciência tem um 25 papel fundamental na conscientização das instituições políticas em relação aos problemas enfrentados nas cidades, seja elaborando diagnósticos precisos, seja gerando informações e propondo políticas eficientes, inclusivas e compatíveis com os recursos financeiros, tecnológicos e naturais existentes. No Brasil, entretanto, ainda segundo o especialista, a distância entre a 28 academia e os gestores públicos é grande, o que não contribui para a adoção de novas tecnologias urbanas eficientes e de custo adequado.

Como se pode perceber, o caminho rumo a um modelo de desenvolvimento urbano sustentável não é único, mas 31 resultado de múltiplas ideias inovadoras de vários atores agindo em conjunto para o alcance de objetivos comuns e sistêmicos e, para que isso ocorra, é necessária a participação da sociedade, com ações integradas entre governo, sociedade civil e empresas, a fim de transformar o mundo, com base em uma matriz de intercâmbio justa, com equidade acessível e saudável.

Internet: <<https://sociedadeglobal.org.br>> (com adaptações).

Considerando o texto e seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 5.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo, argumenta-se em favor de um esforço conjunto de todos os segmentos da sociedade em prol da implantação de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável.
- 2 Entende-se da leitura do texto que a descrença dos gestores públicos brasileiros na ciência é um entrave para a consecução de um projeto de sustentabilidade urbana.
- 3 Na linha 11, o emprego do acento indicativo de crase em “à natureza” justifica-se pela regência do verbo “reverter” e pela anteposição de artigo definido ao substantivo “natureza”.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a vírgula empregada após o termo “urbano” (linha 14) fosse substituída por ponto final, feito o devido ajuste de minúscula/maiúscula na letra inicial do vocábulo que introduz o novo período.
- 5 A oração “para que isso ocorra” (linha 32) subordina-se à oração subsequente e expressa circunstância de finalidade.

Quanto à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 6 a 8.


- 6 “têm origem justamente na” (linha 14) por **advêm justamente da**
- 7 “dentro da qual” (linha 16) por **de onde**
- 8 “o que não contribui para” (linha 28) por **o que dificulta**

Julgue os itens 9 e 10 no que se refere à correção gramatical dos trechos apresentados e à adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 9 Informamos aos senhores, de que o grupo de estudos formado para discutir o Projeto de Sustentabilidade Urbana que se reuniria no dia 14 de abril de 2020, com tudo, por motivos de força maior, a reunião foi adiada por prazo indeterminado.
- 10 Em atenção à sua solicitação, encaminhamos, em anexo, a programação do ciclo de palestras Desafios do Desenvolvimento Urbano Sustentável, ao mesmo tempo em que reiteramos a importância do tema para os trabalhos desenvolvidos neste Instituto.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas das mãos esquerdas; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de 11 a 14, relativos aos modos de utilização de tecnologias e ao programa PowerPoint 2013.

- 11 O CMOS (*Complementary Metal Oxide Semiconductor*) é uma tecnologia recente que consiste em um *chip* que reproduz as funções de um microprocessador. Contudo, essa tecnologia gera um alto consumo de energia.
- 12 A memória virtual é uma técnica que permite expandir, de modo definitivo, a capacidade de armazenamento da memória RAM do computador.
- 13 Ao clicar o botão , localizado na barra de ferramentas de acesso rápido do PowerPoint 2013, o usuário somente poderá iniciar a apresentação a partir do *slide* atual.
- 14 Quando o PowerPoint 2013 é aberto (Apresentação em Branco), o *slide* exibido mostra dois espaços formatados, um para adicionar um título e o outro para adicionar um subtítulo.

Acerca do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, e dos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e programas, julgue os itens de 15 a 18.

- 15 O código de erro ERR_NAME_NOT_RESOLVED, que aparece no Google Chrome ao se tentar carregar uma página, informa que o endereço da *web* não existe.
- 16 O Chrome permite definir uma página *web* para ser a página de inicialização. Todavia, não é possível definir um conjunto de páginas, já que esse recurso tem como característica a singularidade.
- 17 No Windows 10, é permitido fazer uso de um aplicativo para compartilhar arquivos diretamente do Explorador de Arquivos.
- 18 Desde que se utilize o programa correto, um arquivo PDF poderá ser dividido em dois ou mais arquivos PDF.

Com relação à palavra MAGALI, julgue os itens de **19** a **24**.

- 19** Existem 720 anagramas.
- 20** 20% dos anagramas têm as vogais juntas.
- 21** Sorteando-se ao acaso um anagrama, a probabilidade de ele começar com a letra A é de $\frac{1}{3}$.
- 22** As vogais e as consoantes estão alternadas em 36 anagramas.
- 23** O número de anagramas que começam com uma consoante é menor que o número de diagonais de um icoságono (polígono de 20 lados).
- 24** Exatamente 6 anagramas contêm a sequência MAG.

Considerando acontecimentos que bem caracterizam o Brasil e o mundo na atualidade, além de aspectos significativos que inserem Canaã dos Carajás na realidade paraense e brasileira, julgue os itens de **25** a **30**.

- 25** A globalização é um fenômeno que, para além da economia, envolve a política, a sociedade e a cultura mundiais, sendo caracterizada, entre outros aspectos, pela ampla circulação de mercadorias, bens, serviços e ideias.
- 26** Nos dias de hoje, pelo mundo afora, vê-se o aprofundamento dos ideais democráticos, não havendo espaço para a defesa de princípios ideológicos radicais assentados no nacionalismo extremado, na intolerância e nas mais diversas formas de preconceito.
- 27** Durante o regime militar instaurado em 1964, o projeto de Brasil Grande enfatizou a necessidade de se promover o desenvolvimento da Região Norte, incorporando-a efetivamente ao conjunto do País, sendo o Pará uma das áreas estrategicamente escolhidas para receber os mais diversos investimentos.
- 28** Canaã dos Carajás jamais esteve vinculado ao Projeto Grande Carajás do regime militar, provavelmente pelo desconhecimento, à época, de suas potencialidades minerais.
- 29** Canaã dos Carajás nasceu de um assentamento agrícola, implantado pelo Governo Federal, a partir de 1982, pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). A área, ocupada por mais de mil e quinhentas famílias, ficou conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional II (CEDERE II).
- 30** O rápido esgotamento das jazidas, sobretudo de cobre, faz da agricultura, na atualidade, o sustentáculo da economia de Canaã dos Carajás, secundada pela pecuária leiteira.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Julgue os itens de **31 a 35** a respeito da organização do estado na Constituição Federal de 1988.

- 31** Os Territórios Federais são entes federativos autônomos.
- 32** O desmembramento de estado para anexação a outro depende de aprovação da população residente na parcela que se pretende desmembrar.
- 33** Os entes federativos, ainda que não possam estabelecer cultos ou religiões oficiais, podem com eles estabelecer cooperações para a consecução de fins de interesse público.
- 34** À falta de normas editadas pela União no exercício de competência privativa, caberá aos estados regular a matéria.
- 35** A superveniência de normas gerais editadas pela União no exercício de competência concorrente com os estados suspenderá a legislação específica por estes editada naquilo em que ela for contrariada.

Com base na Lei Orgânica do município de Canaã dos Carajás, julgue os itens de **36 a 40**.

- 36** Cabe ao prefeito municipal, presentes razões de interesse público, transferir temporariamente a capital do município para fora de seus limites territoriais.
- 37** O prefeito municipal, mediante autorização da Câmara Municipal, poderá expedir título de arrendamento para uso do solo urbano nas sedes do município e dos distritos.

- 38** O arrendatário de solo urbano na sede do município fica compelido à sua utilização, sob pena de cassação do arrendamento.
- 39** O recolhimento de taxa de transferência em razão de arrendamento de solo na sede do município é transmissível aos herdeiros do arrendatário original.
- 40** Os agentes distritais administradores dos distritos municipais serão indicados pelo prefeito municipal e referendados pela Câmara Municipal.

No que concerne ao plano diretor do município de Canaã dos Carajás, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** Qualquer pessoa do povo tem prerrogativa para fiscalizar o regular cumprimento do plano diretor municipal.
- 42** A responsabilidade por multa por infração ao plano diretor é solidária entre proprietário, possuidor e aquele que concorrer para a prática do ato ou dele se beneficiar.
- 43** A constatação de irregularidade impõe à Administração a cientificação do Ministério Público e dos órgãos públicos de controle competentes.
- 44** A proposta de regularização de parcelamento poderá ser requerida pelo parcelador, acompanhada de laudo técnico.
- 45** A regularização de parcelamento também poderá ocorrer de ofício pela Administração, hipótese em que estará dispensado o laudo técnico.

No que se refere à ética na função pública, julgue os itens de **46 a 50**.

46 Diferentemente das regras, que enunciam condutas de forma clara e objetiva, os princípios veiculam mandamentos de otimização, isto é, objetivos a serem perseguidos e cujo atingimento observa diferentes níveis de gradação.

47 A Constituição Federal de 1988 atribuiu maior densidade ao conceito de cidadania, conferindo à população diferentes mecanismos de controle social e de responsabilização (*accountability*) dos agentes públicos.

48 A cidadania transcende o mero exercício dos direitos políticos, estabelecendo verdadeiro poder-dever da população de influenciar nas políticas públicas.

49 Valores, enquanto paradigmas de aferição da correção ou da incorreção de uma conduta, comportam definição clara e objetiva, missão conferida à ética.

50 A virtude é uma condição inata. Parte considerável do juízo moral do indivíduo, é forjada inclusive geneticamente, observando antepassados e critérios biológicos.

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens de **51 a 55**.

51 O princípio da probidade guarda relação íntima com outros princípios, como o da eficiência, de modo que a inabilidade, ainda que sem má-fé, é capaz de configurar conduta ímproba.

52 De modo a alcançar o máximo possível de condutas potencialmente ilícitas, que sempre evoluem e mudam, a Lei de Improbidade Administrativa adotou tipos abertos em rol meramente exemplificativo, aplicando-se, isolada ou conjuntamente, tanto a agentes públicos quanto a agentes privados.

53 Não apenas os agentes públicos, mas também os agentes privados, detentores de parcela de responsabilidade social, desempenham um papel cada vez mais ativo na inibição e na prevenção de ilícitos no trato com a Administração, sendo exemplo disso as políticas de conformidade.

54 No caso de enriquecimento ilícito, os bens ou valores ilegalmente auferidos pelo agente ímprobo reverterão em favor do ente político a que vinculada a pessoa ou o órgão desfalcado.

55 Enriquecimento ilícito pressupõe necessariamente lesão ao erário.

Segundo a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue os itens de **56 a 60**.

56 A Lei de Acesso à Informação não alcança as concessionárias de serviços públicos de personalidade jurídica de direito privado.

57 As organizações sociais submetem-se à Lei de Acesso à informação no que diz respeito aos recursos diretos ou indiretos recebidos do Poder Público.

58 Os presidentes dos três Poderes possuem competência para a classificação de informação em seu nível máximo de sigilo, o grau ultrassecreto.

59 Para fins disciplinares aplicáveis aos servidores públicos civis federais, a infração à Lei de Acesso à Informação deverá receber, como sanção, no mínimo, a penalidade de suspensão.

60 Dada a independência entre as esferas de responsabilização, a infração às disposições da Lei de Acesso à Informação poderá, sem prejuízo de apenações nas searas diversas, configurar ainda ato de improbidade administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens de **61 a 65** a respeito das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

- 61** As OSCIPs podem ser contratadas pelo Poder Público com dispensa de licitação, independentemente do objeto a ser executado.
- 62** As OSCIPs, mesmo depois de qualificadas como tal mediante celebração de termo de parceria, conservam personalidade jurídica de direito privado.
- 63** A outorga do título de OSCIP é ato administrativo vinculado, impondo um dever ao gestor quando preenchidos os requisitos legais pela entidade.
- 64** A entidade que deixar de preencher os requisitos necessários à sua qualificação como OSCIP será, imediata e automaticamente, descredenciada.
- 65** As compras e obras a serem realizadas pelas OSCIPs com recursos obtidos do Poder Público exigirão licitação.

No que concerne às agências executivas, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** A governança consensual enfatiza a obtenção de resultados e encontra nas agências executivas um de seus instrumentos.
- 67** As agências executivas são alcançadas pela expressão “fazenda pública”, que designa o Estado em juízo.
- 68** O contrato de gestão é o instrumento jurídico que qualifica as agências executivas, fixando prazos e metas.
- 69** As agências executivas são uma categoria nova, apartada e autônoma de entidade da administração indireta.
- 70** As agências executivas representam, em alguma medida, uma flexibilização da legalidade em favor da eficiência.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** Ainda quando o direito postulado seja titularizado apenas por parcela de seus associados, a entidade de classe conserva a legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo.
- 72** Por pressupor direito líquido e certo, o mandado de segurança será inadmissível quando a matéria jurídica for controvertida.
- 73** Por força da teoria da imputação objetiva, o ato coator praticado por agente no exercício de competência delegada deverá ser atribuído ao titular originário da competência, que deverá figurar como autoridade coatora.
- 74** O pedido de reconsideração na seara administrativa suspende o curso do prazo decadencial para impetração do mandado de segurança.
- 75** O mandado de segurança cuja ordem haja sido deferida não produz efeitos patrimoniais retroativos, que deverão ser pleiteados administrativa ou judicialmente.

Julgue os itens de **76 a 80**, relativos aos métodos de interpretação constitucional.

- 76** O método lógico-sistemático é espécie do gênero clássico e busca identificar o âmbito de vigência material da norma segundo o contexto do sistema que ela integra.
- 77** O método tópico-problemático parte da premissa de que as normas constitucionais alcançam toda a riqueza dos fatos concretos, merecendo um olhar prático para que se busque a solução existente.
- 78** O método hermenêutico-concretizador busca combater ideologias ou preconceitos, privilegiando uma interpretação abstrata e distanciada do objeto.
- 79** O método científico-espiritual busca identificar os valores subjacentes à norma, incursionando, para isso, em uma perspectiva sociológica.
- 80** O método normativo-estruturante parte da dissociação entre texto e norma, cabendo ao intérprete identificar o conteúdo desta última, percebendo o texto, porém somente como um dos subsídios para tanto.

Segundo a Lei de introdução às normas do direito brasileiro, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** O chamado consequencialismo deve pautar as decisões nas esferas administrativa, controladora e judicial, levando-se em conta, na interpretação de valores abstratos, a necessidade e a adequação da medida adotada às alternativas possíveis.
- 82** A regularização de ato ou contrato invalidado na esfera administrativa é impositiva, desde que não onere em excesso os sujeitos atingidos.
- 83** Os obstáculos reais do administrador devem ser levados em conta na interpretação de normas sobre gestão pública, sem prejuízo dos interesses dos administrados.
- 84** A mudança interpretativa de norma de conteúdo aberto preverá, a bem da segurança jurídica, regime de transição, o que equivale a uma ultra-atividade capaz de, mesmo já à luz de entendimento novo, admitir como válida interpretação anterior já superada.
- 85** A revisão de ato, na esfera controladora, que já haja exaurido seus efeitos obedecerá à teoria do fato consumado, privilegiando-se sua manutenção, a bem da segurança jurídica, ainda que o ato contradiga as orientações gerais à época de sua prática.

Acerca dos direitos de personalidade, julgue os itens de **86 a 90**.

- 86** Os direitos de personalidade admitem limitação voluntária, desde que não permanente nem geral.
- 87** A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito de personalidade é imprescritível.
- 88** O dano decorrente de uso desautorizado de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais é *in re ipsa*, ou seja, induz presunção em seu favor.
- 89** O uso, por sociedade empresária, de imagem de pessoa, isoladamente, em local público, sem conotação vexaminosa, não configura dano moral.
- 90** Em razão da teoria do direito ao esquecimento, antecedentes criminais muito antigos podem ser afastados como subsídio a uma análise desfavorável de caráter do indivíduo.

De acordo com a Lei n.º 6.766/1979, julgue os itens de **91 a 95**.

- 91** A definição estadual de área de proteção especial é matéria sujeita à reserva legal, dependendo, portanto, de ato normativo primário.
- 92** Uma vez comercializados os lotes, o loteamento não mais poderá ter seu registro cancelado.
- 93** Os processos de loteamento podem ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo.
- 94** Os compromissos de compra e venda, uma vez registrados, não admitem retratação.
- 95** A falência do loteador importa rescisão automática dos contratos de comercialização dos lotes.

Conforme o Estatuto das Cidades, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** O estímulo à resolução consensual de conflitos é um dos objetivos da regularização fundiária urbana a serem perseguidos pelos municípios.
- 97** Não será considerado como núcleo urbano informal ou clandestino aquele que, ao tempo de sua implantação, atendia à legislação vigente.
- 98** A regularização fundiária urbana por motivo de interesse social é aplicável aos núcleos urbanos informais exclusivamente ocupados por população de baixa renda.
- 99** O Ministério Público ostenta legitimidade para requerer a regularização fundiária urbana.
- 100** Os beneficiários individuais, embora possam requerer a regularização fundiária urbana, não possuem legitimidade para os demais atos necessários a tanto, como, por exemplo, os de registro.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Pesquisa mostra que sanções por improbidade são muito amplas e geram insegurança. As críticas feitas à Lei de Improbidade Administrativa baseiam-se na excessiva ampliação de sanções, o que acaba incluindo atos meramente irregulares como improbidade. A conclusão foi apresentada em uma pesquisa coordenada pelo Instituto de Direito Público, ao analisar oitocentos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, publicados entre 2005 e 2018, contra prefeitos.

Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo, com base na lei, na doutrina e na jurisprudência, acerca do tema a seguir.

A banalização da ação de improbidade administrativa também gera riscos para o interesse público

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) tipos abertos da Lei de Improbidade;
- b) rol de condutas (taxativo ou exemplificativo);
- c) elemento subjetivo exigido em sede de improbidade: dolo (direto e genérico) e conceito de culpa grave; e
- d) improbidade *versus* imoralidade.